

# Aprovação da PEC abala relação do governo com STF

Poderes

## Voto de líder a favor de PEC abala relação do Supremo com o governo

— Jaques Wagner diz que foi cobrado por ministros do STF e pediu desculpas, alegando que não quis afrontar a Corte; Planalto tratou posicionamento do senador como ‘pessoal’

ELIANE CANTANHÊDE  
VERA ROSA  
BRASÍLIA

A aprovação no Senado da PEC que limita os poderes do Supremo Tribunal Federal (STF) abalou a relação da Corte com o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Reservadamente, ministros se queixaram do voto do líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), a favor da proposta de emenda constitucional. Wagner disse que foi procurado por magistrados do STF e chegou a pedir desculpas, alegando que não votou com o objetivo de afrontar o tribunal.

Em dois turnos, os senadores aprovaram, anteontem, por 52 votos a favor e 18 contra, a PEC que impede ministros do Supremo de suspender, por meio de decisões individuais (monocríticas), a vigência de leis aprovadas pelo Congresso. A medida também vale para leis analisadas pelos tribunais estaduais. Após a tramitação no Senado, a proposta será analisada agora pela Câmara dos Deputados.

Sob a condição de anonimato, magistrados da Corte consideraram que o endosso de Wagner à proposta é uma “tração rasteira” depois da resistência feita pelo Supremo ao que definiram como “golpe bolsonarista”. O grau de insatisfação dos ministros com o caso pode ser medido na sessão de ontem do STF. Luís Roberto Barroso, presidente da Corte, o decano Gilmar Mendes e Alexandre de Moraes reiteraram as críticas às propostas no Congresso para alterar as regras de funcionamento do Supremo.

Para Barroso, as mudanças “não são necessárias e não contribuem para a institucionalidade do País”. O tom de Gilmar foi acido. Disse que o tribunal não “admitir intimidações”. “Es-



Jaques Wagner, líder do governo no Senado, foi alvo de críticas de petistas pelo voto a favor da PEC

sa casa não é composta por covardes. Essa casa não é composta por medrosos.” Na mesma linha, Moraes afirmou que qualquer iniciativa que avance sobre a Independência ao Poder Judiciário é inconstitucional. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), rebateu e disse que a Casa “tem a mesma coragem cívica (nas informações na pág. A10)”.

Apesar do voto simbólico de seu líder no Senado, o governo Lula tentou se distanciar do caso, tratando-o como “pessoal” e posicionamento de Wagner. “O líder do governo deixou claro durante a votação que a orientação era liberar a bancada. Foi um voto pessoal”, contemporizou o ministro da Casa Civil, Rui Costa à GloboNews.

“Estritamente pessoal” foi como o próprio senador classificou seu voto após a repercussão negativa no Supremo. Wagner foi o único petista do Senado a ir contra o próprio partido, que orientou pelo voto “não”. A PEC teve três votos a mais do que os 49 que são necessários para sua aprovação.

Segundo ministros ouvidos pela reportagem, Wagner teria apelado para um “truque barato” para conseguir a votação necessária sem precisar comprometer a bancada do PT que votou em peso contra a PEC. Em vez de contar com os senadores petistas, Wagner — que é da Bahia e já chegou a governar o Estado — teria dado os votos dos senadores da bancada baiana: Otto Alencar e Ângelo Coronel, que são do PSD,

### Para entender Base e oposição na votação da PEC

● **PT**  
Jaques Wagner foi o único petista a votar a favor da PEC 08/2021. Os outros sete senadores seguiram a orientação do PT e manifestaram-se contra a proposta.

● **Base**  
No PSD do vice-presidente Geraldo Alckmin, os senadores Flávio Arns e Cláudio Rodrigues foram favoráveis à proposta. Já no MDB, que também é da base do governo, foram

favoráveis os senadores Alessandro Vieira, Fernando Duarte, Jordano e Ivete da Silveira. Forum contra Confúcio Moura, Marcelo Castro e Fernando Farias. PSD e PDT, que têm ministérios no governo do presidente Lula, também apresentaram votações divididas. Nos casos do União Brasil e do PP, que também estão representados na Esplanada, todos os senadores foram favoráveis.

● **PL**  
Já no PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro, 11 senadores votaram pela proposta, enquanto um deles — o senador Romário — foi contra. ●

partido de base do governo.

Na terça-feira, Wagner liberou a bancada do PT para votar como quisesse na proposta que fez com que a votação ficasse para esta quarta. Caso a PEC tivesse sido votada na terça, a oposição teria dificuldades para garantir sua aprovação. Na ocasião, toda a bancada do PT votou contra o adiamento, com exceção do líder do governo na Casa, que se absteve.

Antes da votação, o ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência (Secom), Paulo Pimenta, afirmou que o tema “não é assunto do governo”. De acordo com o ministro, discussões como essa, que envolvem disputas entre os Poderes, não “são temas em que o governo tem posição”.

A votação que aprovou a PEC que limita os poderes da Corte ocorreu depois de uma alteração de última hora feita pelo relator Esperidião Amin (PP-SC), num acordo que envolveu conversas com ministro do STF e até mesmo parlamentares da base do governo.

A mudança surgiu a partir de uma emenda apresentada pelo senador Omar Aziz (PSD-AM) para que os ministros ainda possam derrubar por meio de decisão individual atos normativos do governo federal. A versão inicial da proposta previa que as medidas administrativas do governo, assim como as leis aprovadas pelo Congresso, só poderiam ser derrubadas pela maioria do STF.

Amin ainda acatou uma pro-

posta de Pacheco (PSD-MG), para que as Casas Legislativas de onde saírem as medidas eventualmente questionadas no STF sejam procuradas para se manifestar antes de os ministros tomarem a decisão de suspendê-las ou não. Atualmente as manifestações da Câmara e do Senado não são obrigatórias.

Amin retirou do relatório o estabelecimento de um prazo de validade de 180 dias para os pedidos de vista (suspensão de julgamento para mais prazo para análise). A mudança também foi fruto de conversa de Pacheco com o ministro Alexandre de Moraes, do STF, na terça-feira.

“ERRO”. O PT procurou marcar posição contra a PEC e direcionou críticas ao voto de Wagner. “Chancelar essa manobra oportunista do Pacheco e Alckmin que querem fazer média com bolsonaristas é um erro”, escreveu em uma postagem no X (antigo Twitter) o deputado federal Lindbergh Farias (PT-RJ), vice-líder do governo no Congresso.

A presidente nacional do partido, Gleisi Hoffmann, também chamou de erro o posicionamento de Wagner. “Considere o voto do Jaques um erro, e vamos tentar agora na Câmara fazer articulações para não deixar essa PEC prosperar.”

Para o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), “o que está em jogo com a aprovação da PEC é vai muito além do mérito da proposta”. “Trata-se de uma reação ao papel do Supremo, que garantiu a normalidade democrática diante da iminência de ruptura institucional”, escreveu nas redes o senador, que evitou críticas diretas ao líder governista na Casa.

“Lula não poderia ter escolhido quadro melhor para ser seu líder aqui no Senado. O senador Wagner é um exitoso governador da Bahia e uma liderança que tem contato com todas as demais lideranças do Senado, diálogo aberto com todas as lideranças e expressivo, nesse tema, uma posição pessoal, da qual discordo”, afirmou Randolfe depois, em entrevista à CNN Brasil. ● COLABORARAM MARIANA ASSIS E CAIO SPEDIDTO

DECISÃO DO SENADO ABRE CONFRONTO VERBAL ENTRE MINISTROS E PACHECO, PÁG. A10

### Majoria

52 votos foram dados no Senado a favor da PEC que restringe poderes do Supremo, três a mais do que os 49 que são necessários para sua aprovação

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Política Caderno: A Página: 8